

Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Paulo Bernardo Silva

Secretário-Executivo – João Bernardo de Azevedo Bringel



Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por

Presidente

Luiz Henrique Proença Soares

Diretoria

Alexandre de Ávila Gomide
Anna Maria T. Medeiros Peliano
Cinara Maria Fonseca de Lima
João Alberto De Negri
Marcelo Piancastelli de Siqueira
Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Criação, Destruição e Realocação de Empregos no Brasil

Organizadores

Carlos Henrique Corseuil

Luciana M. S. Servo

Autores

Eduardo Pontual Ribeiro

Paulo Furtado

Bruno M. F. Amorim

André L. Souza

Daniel Domingues dos Santos

Brasília, 2006

ipea

Criação, destruição e realocação de empregos no Brasil
/Organizadores: Carlos Henrique Corseuil, Luciana
M. S. Servo. - Brasília: IPEA, 2006.
104 p.

ISBN 978-85-86170-88-1

1. Emprego. 2. Supressão de Postos de Trabalho
3. Criação de empregos 4. Brasil I. Corseuil, Carlos
Henrique II. Servo, Luciana M. S. III. Instituto de Pes-
quisa Econômica Aplicada.

CDD 331.1

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A impressão desta publicação contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), via Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas – Rede-Ipea, o qual é operacionalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Projeto BRA/04/052.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

INTRODUÇÃO

Carlos Henrique Corseuil
Luciana M. S. Servo
Eduardo Pontual Ribeiro

O mercado de trabalho está em permanente efervescência, com pessoas sendo empregadas ou desempregadas ou mesmo entrando ou saindo da força de trabalho a todo instante. Empregos estão sendo criados ou destruídos e empresas nascem ou morrem constantemente. No mundo contemporâneo, por efeito de mudanças tecnológicas e do processo de globalização, os tipos de emprego estão sempre se alterando, não apenas em termos de qualificação requerida e salários ofertados, mas também em termos de setores da atividade econômica e localização geográfica.

A questão do emprego é estudada, geralmente, por meio de caracterizações agregadas dos estoques de pessoas ao longo do tempo. Instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) geram informações mensais e anuais sobre a taxa de desemprego e sobre o número e a variação para mais ou menos de pessoas ocupadas, na economia ou em determinados setores. Essas medidas de estoque, embora importantes para o acompanhamento da conjuntura econômica, não capturam importantes heterogeneidades do comportamento das empresas de um mesmo setor em suas decisões de empregar as pessoas. Para tal, é preciso observar como cada empresa altera a sua força de trabalho no correr do tempo e, assim, entender os determinantes da dinâmica do emprego agregado.

A partir de meados da década de 1990, os economistas colocaram na agenda de pesquisa, de modo proeminente, a análise da criação e destruição de postos de trabalho, focando o comportamento do emprego em cada firma ao longo do tempo. Isso se deveu a dois fatores, um de natureza teórica e outro de natureza empírica. Do lado teórico, os modelos macroeconômicos sobre o comportamento do mercado de trabalho não conseguiam, a partir de modelos com agentes representativos, replicar a dinâmica dos grandes agregados do mercado de trabalho, como a taxa de ocupação, o desemprego e os grandes movimentos de trabalhadores entre estados no mercado de trabalho (inatividade, ocupação e desocupação). Fazia-se necessário incluir nos modelos, entre outros fatores, a heterogeneidade de comportamento das empresas na economia. Dessa forma, a contrapartida empírica desses modelos, até então baseada em pesquisas domiciliares, revelou a necessidade de analisar-se o comportamento das empresas. Isso levou ao segundo fator, sobre o qual, apenas

recentemente, os pesquisadores tiveram acesso a bases de dados das empresas e da movimentação de empregos, que permitem calcular as medidas necessárias.

Nos trabalhos dos principais pesquisadores da criação e da destruição de emprego, Stephen Davis e John Haltiwanger, vê-se que, na quase totalidade de economias ocidentais, em torno de 10, em cada 100 empregos, são criados; e 10 em cada 100 empregos são destruídos por ano, indicando uma elevada flexibilidade das economias ocidentais. Quando se olha apenas para a taxa de crescimento de empregos, pode estar-se mascarando muito esse fenômeno. Por exemplo, suponha um crescimento do emprego da ordem de 5%. Esse pode ser resultante de uma criação bruta de empregos da ordem de 6% e de uma destruição bruta da ordem de 1%, mas pode ser também resultado de uma taxa de criação bruta da ordem de 15% e de uma destruição bruta da ordem de 10%. O segundo caso representa uma realidade bem diferenciada da primeira, pois nele um quarto dos trabalhadores (25%), no mínimo, trocou de emprego no ano, valor três vezes maior do que o do primeiro caso.

A análise da criação e destruição de postos de trabalho permite, portanto, buscar um melhor entendimento da conexão entre a dinâmica do emprego nas firmas e a dinâmica do emprego agregado.

Com efeito, no estudo de fluxos de empregos em cada empresa se tenta inovar quando se analisa os componentes dos efeitos agregados no mercado de trabalho, ou seja, quando se identifica a criação e destruição de emprego nos setores econômicos e na economia como um todo. Pode parecer, à primeira vista, que reduções agregadas líquidas na ocupação sejam incompatíveis com criação de postos de trabalho. Mas uma característica essencial do mercado de trabalho, como se viu anteriormente, é estar em constante movimentação, com os empregos destruídos nas empresas que apresentam dificuldades sendo realocados para as empresas em expansão, que estão criando empregos no mesmo período. A heterogeneidade das empresas, principalmente em termos de tamanho e setor, pode fazer com que aumentos agregados de desemprego coexistam com grande criação de novos postos de trabalho.

Outro aspecto importante no estudo do fluxo de emprego entre empregadores está na identificação da capacidade de realocação de recursos da economia. Um mercado de trabalho muito flexível pode sugerir maior eficiência alocativa. Por um lado, esse mercado pode reduzir os custos associados a mudanças de lucratividade entre setores, garantindo que as mudanças de oportunidades sejam acompanhadas pela movimentação de pessoas e de capital para os setores mais atrativos. Por outro lado, uma grande volatilidade no mercado de trabalho pode gerar grande insegurança para os trabalhadores, pela redução do tempo de permanência em um emprego e custos de ajustamento, afetando o bem-estar social.

A identificação da criação e da destruição de emprego também traz benefícios para a formulação de uma política de emprego. Uma excessiva heterogeneidade

no comportamento do emprego de empresas similares, descolado da dinâmica agregada, pode sugerir, por exemplo, que políticas macroeconômicas de estabilização tenham efeitos limitados na geração de emprego. Taxas crescentes de desemprego determinadas por aumento da destruição de empregos nas empresas, por sua vez, exigem políticas públicas diferenciadas daquelas nas quais o aumento do desemprego é caracterizado pela redução da criação de postos de trabalho. Por exemplo, no segundo caso, políticas de emprego focam a reversão da baixa relação crescimento–emprego verificada. Já no primeiro caso, políticas de recuperação do emprego podem ser construídas a partir da reversão do fechamento de empresas.

Em suma, os padrões de criação e de destruição de empregos têm implicações importantes para o funcionamento da economia em termos de eficiência e produção, para o bem-estar dos trabalhadores e para a elaboração de políticas públicas.

Neste livro, busca-se, pela primeira vez, reportar e analisar o fluxo bruto de empregos no Brasil durante toda a década de 1990, usando uma base de dados ímpar, com dados ao nível do estabelecimento, para aproximadamente 1.500.000 estabelecimentos/ano,¹ que é a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A base de dados possui uma limitação, comum em outros países, que é somente capturar as movimentações dentro, para dentro e para fora, da ocupação no mercado de trabalho formal (empregados com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos e militares).² A análise da criação e da destruição aqui realizada será de empregos em empresas formalmente cadastradas, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), as quais possuem empregados formais. A análise está restrita, também, aos fluxos de empregos (postos de trabalho) e não ao de trabalhadores. Outra investigação exigiria a análise detalhada da rotatividade de trabalhadores para serem contrastados com os fluxos de empregos.

Este livro está dividido em seis capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo são apresentadas as definições das medidas de criação, destruição e realocação. No terceiro capítulo é feita uma análise da base de dados utilizada – Rais, e são apresentadas também as opções metodológicas adotadas no tratamento de tal base. Em seguida, faz-se uma análise dos resultados de outras pesquisas sobre criação e destruição feitas para outros países, e são analisados, para o Brasil, os resultados agregados, por tamanho do estabelecimento e por macrorregião. No quinto capítulo, as diferenças setoriais são analisadas. No sexto capítulo, busca-se fazer uma resenha da literatura internacional sobre os determinantes da realocação para, em seguida, elaborar uma análise dos determinantes para o Brasil.

1. Esse número corresponde aos estabelecimentos com vínculo empregatício, pois, além desses, há empresas que possuem número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mas sem vínculos empregatícios, ao longo do ano, que devem declarar a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (denominada Rais Negativa).

2. Ribeiro (2001) mostra um diagrama dos possíveis movimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho, a saber: entre ocupação, desocupação e inatividade. A limitação da base implica que não se sabe o destino dos trabalhadores ao perderem um emprego com carteira, se para a informalidade, ou para o desemprego, ou para a posição de autônomo e conta própria ou para a inatividade.

Por fim, são apresentadas as considerações finais e algumas possibilidades de se pensar políticas públicas a partir das análises feitas neste livro.

Os autores agradecem o apoio dado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, tanto financeiro quanto por ceder os dados da Rais para serem utilizados neste trabalho, particularmente, à Vera Marina e sua equipe. Agradecem, também, ao pessoal da área de informática do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), particularmente, a Moisés Silva e Marcelo Hirie, pelo apoio prestado na aquisição do equipamento que permitiu trabalhar a base e realizar a leitura inicial dela. São gratos a Sérgio Piola e a equipe editorial do Ipea por viabilizarem a publicação desse livro. Esse trabalho foi beneficiado pelas discussões de resultados preliminares e por outros textos escritos pelos autores, em seminários apresentados no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE/UFRGS), bem como pelos comentários sobre as questões de criação e de destruição de postos de trabalho, feitos por pesquisadores, como John Haltiwanger, Naércio Menezes e Gustavo Gonzaga.

Por fim, os autores gostariam de registrar sua gratidão a Ricardo Paes de Barros que, além de ter sido um grande incentivador desta pesquisa, participou de sua concepção e nos ajudou a viabilizá-la no Ipea.

Como de praxe, os erros, as omissões, bem como as análises contidas neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.